

Cartórios, decretos e diplomas

Roberto DaMatta¹

Em 1968, bastou um humilde requerimento para a Universidade de Harvard me enviar pelo correio o diploma de máster of Arts em Antropologia. Dois anos depois — após escrever uma tese — recebi, com a mesma ausência de pompa, o título de doutor em Filosofia (o tal Ph.D), que nos anos 70 causava um furor invejoso no Brasil — este país das papeladas e dos papelões. Das carteiras de identidade, alvarás, cartas de motorista, diplomas, certificados, títulos, atestados e certidões que, num sentido preciso e ibero-kafkiano, revelam que a papelada — a carteira e o diploma — conta mais que nós. Essa é a lógica dos decretos que aumentam absurdamente o salário dos parlamentares. Eles revelam que a lei não tem nada a ver com a economia moral da democracia. A que condiz com uma concepção do serviço público como expressão de uma aliança positiva entre Estado e sociedade. Pois, no Brasil, é a sociedade que sustenta um Estado absurdamente autorreferido e perdulário. Esse é, sem dúvida, o traço distintivo de um presidente que aí registrando a obra em cartório!

Quando recebi o canudo, falei sobre essa informalidade com colegas americanos. A resposta foi dura para os meus ouvidos de brasileiro socializado para ser um aficionado de títulos: o que vale não é o diploma, mas a obra. Uma outra experiência notável foi ter que reconhecer a firma do presidente da Universidade de Harvard no consulado brasileiro. Sem tal aval, que meus colegas harvardianos achavam absurdo, o diploma não poderia ser levado em conta na universidade que me fazia licenciamento para a especialização na Harvard. Eis o nosso paradoxo ou artil 22. Sem um papel você não pode

¹ Publicado em *o Globo* de 22/12/10, seção OPINIÃO, pag. 07.

ter o papel que precisa e sem esse papel, você não existe. A vida começa com um papel e você não nasce de uma trepada, mas de uma ida a um cartório. Pior que isso, só a diplomação de Dilma Rousseff, eleita pelo povo a primeira mulher a ocupar a Presidência do Brasil. Pela mesma lógica o voto te fez presidente, mas sem um alvará você não pode exercer o poder que lhe foi dado pelo povo. Essa é uma das provas mais cabais do nosso perverso amor às papeladas que engendram papelões. O povo elege, mas, sem o alvará do Supremo, o eleito não é nada. Vejam o absurdo: depois de uma eleição nacional, alguém tem que ungir os eleitos com os santos óleos da burocracia, tal como os papas faziam com os imperadores na antiguidade. E depois dizem que eu idealizo e invento um detestável “Brasil tradicional” na minha modesta e ignorada obra antropoliterária.

Faço questão de notar, porém, que pouco adianta denunciar esse gosto pela papelada se o drama nacional continua sendo gerenciado por esse importante e pouco discutido teatro de burocracias e formalidades. Pois, entre nós, o documento vale mais do que a vida e a história. O alvará que confirma, também libera os candidatos corruptos, condenados pela Lei Ficha Limpa na base de detalhes processuais. A gramática, como sempre, elimina a verdade do discurso. Por isso gostamos tanto dos diplomas que dizem que somos o que não somos.

Entrementes, porém, já sucede um entretanto: Lula — que vai saindo como nunca nenhum presidente deixou o cargo neste país — manda registrar em cartório os seus feitos como presidente, exagerando

aqui e ali os eventos e deixando de lado o mais importante: o fato de ter sido o primeiro mandatário de esquerda eleito no Brasil; o fato de ter sido o primeiro presidente de um partido ideológico mas que governou como um coronel político tradicional, aliando-se sem pejo ou dúvidas aos outros coronéis do nosso sistema de poder. Que o seu partido, dito o mais moderno do Brasil, fez um mensalão e ama os cartórios luso-brasileiros onde tudo cheira a mofo e não há movimento, mas somente papelada. O salvador dos pobres consolida o capitalismo financeiro; o autêntico operário — aquele que seria a voz do povo destituído — foi o mais mendaz mandatário da história do nosso país. O registro em cartório prova como somos mais moldura do que quadro; como gostamos mais do vestido do que da dama; como preferimos a forma ao conteúdo. É como pensamos que a verdade é mesmo feita de papeladas e registros com firma reconhecida.